

1. Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Centro Social paroquial de Sobrado

Sede: Rua Professor Egas Moniz - Sobrado

4550-146 CASTELO DE PAIVA

Natureza da atividade: Atividades de apoio social para Infância S/ alojamento

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico usado

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e dos registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime de periodização económica (acrécimo). A entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidos em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

- Material de agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As Políticas contabilísticas e os critérios de mensuração a dotados a 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases da mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo da aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estimem que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item “ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo da aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

Tabela da vida útil dos ativos fixos tangíveis

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento informático	5 anos
Outros ativos fixos tangíveis	6 anos

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, foram consideradas como custo diferido em 5 anos.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo da aquisição deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de ativos intangíveis com vida úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos em vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Inventários

As mercadorias matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo da aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no passivo corrente.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se tenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item “Outras variações nos capitais próprios”, são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	642,50 €	865,26 €
Depósitos à ordem	27 341,01 €	43 506,97 €
Total Caixa e Depósitos Bancários	27 983,51 €	44 372,23 €

5. Cliente e Fornecedores

As contas de clientes e fornecedores, tinham, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a seguinte decomposição

Descrição	Saldo devedor 2016	Saldo credor 2016	Saldo devedor 2015	Saldo credor 2015
Cientes e utentes C/C	18 497,02 €		13 017,51 €	
Total	18 497,02 €	- €	13 017,51 €	
Fornecedores		8 225,76 €		10 359,43 €
Total	- €	8 225,76 €	- €	10 359,43 €

6. Impostos e contribuições**6.1. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições**

Descrição	Saldo devedor 2016	Saldo credor 2016	Saldo devedor 2015	Saldo credor 2015
Retenção de impostos sobre rendimentos		3 625,00 €		4 171,00 €
Contribuições para a Segurança Social		11 990,19 €		11 489,44 €
Fundos Compensação		13,70 €		
Total	- €	15 628,89 €	- €	15 660,44 €

7. Outras contas a receber e a pagar

As rubricas “outras contas a receber e a pagar” tinham, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a seguinte decomposição:

Descrição	Ano 2016	Ano 2015
Outras contas a receber		
Total	- €	- €
Outras contas a pagar		
Remunerações a Liquidar	471,70 €	
Remunerações a Liquidar-Férias e Subsidio Férias	66 018,49 €	78 203,72 €
Água	73,91 €	170,17 €
EDP - Eletricidade	910,02 €	828,82 €
Margarida Monteiro		1 960,00 €
Total	67 474,12 €	81 162,71 €

8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	Ano 2016	Ano 2015
Gastos a reconhecer		
Seguros	630,47 €	3 123,89 €
Total	630,47 €	3 123,89 €
Rendimentos a Reconhecer		
Total	- €	- €

9. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Provisões - Débitos Incobráveis	41.376,53 €	41.375,53 €
Total	41.376,53 €	41.375,53 €

10. Inventários

10.1. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre esta natureza de inventários, conforme quadro seguinte:

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2016	2015
Saldo inicial	547,96 €	675,25 €
Compras	31 338,94 €	30 669,90 €
Saldo final	441,76 €	547,96 €
Gastos do período	31 445,14 €	30 797,19 €

11. Activos fixos tangíveis

Divulgação sobre activos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	31-12-2014	Adições	Abate	Transf.	31-12-2015
Terrenos e recursos naturais	94 771,60 €			94 771,60 €	- €
Edifícios e outras construções	81 138,40 €			59 197,30 €	21 941,10 €
Equipamento básico	73 032,01 €				73 032,01 €
Equipamento administrativo	19 463,37 €				19 463,37 €
Outros AFT	5 841,38 €				5 841,38 €
AFT em curso					- €
Ativo Fixo Tangível Bruto	274 246,76 €	- €	- €	153 968,90 €	120 277,86 €
Edifícios e Outras Construções	61 258,88 €	438,82 €		59 197,30 €	2 500,40 €
Equipamento básico	73 032,01 €				73 032,01 €
Equipamento de transporte	19 463,37 €				19 463,37 €
Equipamento administrativo	5 841,38 €				5 841,38 €
Outros AFT					- €
Depreciações acumuladas	159 595,64 €	438,82 €	- €	59 197,30 €	100 837,16 €
Ativo Tangível Líquido	114 651,12				19 440,70

A regularização efetuada no edifício, deve-se ao facto de o mesmo ser propriedade da Fábrica da Igreja pelo que se regularizou na contabilidade do Centro Social.

12. Fundos patrimoniais

Nos “fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo Final
Fundo Inicial	98 323,07 €		94 771,60 €	3 551,47 €
Resultados transitados	- 26 202,65 €	26 420,71 €		218,06 €
Total dos Fundos Patrimoniais	72 120,42 €	26 420,71 €	94 771,60 €	3 769,53 €

A regularização do Fundo Social, deve-se ao valor contabilizado no Centro Social de 94 771,60€ , referente ao valor do terreno em que o mesmo é Propriedade da Fabrica da Igreja.

13. Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes réditos

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Prestação de serviços	91 719,51 €	97 401,57 €
Quotas de utilizadores	91 719,51 €	97 401,57 €
		- €
Outros rendimentos e ganhos	1 554,43 €	5 605,15 €
Desc.pronto Pag. Obtido	5,00 €	3,00 €
Cor. Rel. Períodos Anteriores		2 759,47 €
Donativos	184,00 €	1 105,32 €
Reembolso Seguros	542,46 €	1 737,36 €
Reembolso de IVA	822,97 €	
Juros Dividendos e outros Rendimentos	- €	- €
Depósitos bancários		
Total	93 273,94 €	103 006,72 €

14. Subsídios do Governo e apoios do Governo

14.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

14.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Descrição	2016				2015		
	Natureza	Capitais próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
IPSS, IP (dotações)	não reembolsável			289 189,41			289 489,11
Município Castelo Paiva	não reembolsável			14 830,85			20 686,05
Programa Comunitário Ajuda Alimentar	não reembolsável						1 605,47
Total	0,00	0,00	0,00	304 020,26	0,00	0,00	311 780,63

15. Fornecimentos e serviços externos**15.1. Discriminação de fornecimento e serviços externos**

Para os períodos de 2016 e 2015 os fornecimentos e serviços externos foram os seguintes:

Descrição	Ano 2016	Ano 2015
Trabalhos especializados	910,20 €	1 684,80 €
Vigilância e Segurança	146,25 €	146,25 €
Honorários	16 918,38 €	16 574,00 €
Conservação e reparação	1 646,64 €	2 280,07 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	719,63 €	1 566,76 €
Material de escritório	1 724,66 €	1 658,88 €
Material didático	1 640,68 €	1 883,44 €
Eletricidade	6 259,58 €	6 445,57 €
Água	876,32 €	1 604,09 €
Outros fluidos - gás	3 251,33 €	3 626,75 €
Deslocações e Estadas	2 125,00 €	3 357,30 €
Rendas e Alugueres	200,00 €	314,80 €
Comunicação	1 154,10 €	1 485,03 €
Seguros	2 506,42 €	1 744,09 €
Despesas de Representação		50,00 €
Limpeza, higiene e conforto	6 785,99 €	7 636,25 €
Encargos c/ saúde dos Utentes e vestuário e calçado	2 095,28 €	237,87 €
Total	48 960,46 €	52 295,95 €

16. Outros gastos e perdas e Juros e gastos similares

Para os períodos de 2016 e 2015 os outros gastos e perdas e juros e gastos similares foram os seguintes:

Descrição	Ano 2016	Ano 2015
Cor. Relativas P. Anteriores		846,84 €
Quotizações		190,00 €
Multas	451,50 €	
Apoio a Famílias Carenciados		1 605,47 €
Total	451,50 €	2 642,31 €

17. Benefícios aos empregados

O número médio de colaboradores ao serviço da entidade durante o exercício de 2016 foi de 23 colaboradores

17.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	ANO 2016	ANO 2015
Gasto com o pessoal	314 039,06 €	302 192,37 €
Remunerações dos órgãos sociais	- €	- €
Remunerações	255 260,62 €	244 904,83 €
Remunerações Certas	255 260,62 €	244 904,83 €
Indeminizações	89,22 €	377,04 €
Encargos sobre remunerações	56 147,92 €	52 899,33 €
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2 351,55 €	2 861,17 €
Outros Gastos C/ Pessoal	189,75 €	1 150,00 €
- Apoio Médico	160,00 €	480,00 €
- Vestuário e Calçado	29,75 €	
- Férias não Gozadas		670,00 €
Total de gastos com o pessoal	314 039,06 €	302 192,37 €

18. Divulgações exigidas por diplomas legais

18.1. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos de mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

19. Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.